

UNIVERSIDADE CATOLICA DE MOÇAMBIQUE

Instituto de Ensino a Distância – Tete

Ética profissional

Sozinho Macaizo Vilanculos

Código: 708221718

Tete, Março, 2025

Folha de feedback

| Categorias | Indicadores | Padrões | Classificação | | |
|----------------------------|---|---|------------------|---------------|----------|
| | | | Pontuação máxima | Nota do tutor | Subtotal |
| Estrutura | Aspectos organizacionais | Índice | 0.5 | | |
| | | Introdução | 0.5 | | |
| | | Discussão | 0.5 | | |
| | | Conclusão | 0.5 | | |
| | | Bibliografia | 0.5 | | |
| Conteúdo | Introdução | Contextualização (indicação clara do problema) | 2.0 | | |
| | | Descrição dos objectivos | 1.0 | | |
| | | Metodologia adequada ao objecto do trabalho | 2.0 | | |
| | Análise e discussão | Articulação e domínio do discurso académico (expressão escrita cuidada, coerência/coesão textual) | 3.0 | | |
| | | Revisão bibliográfica nacional e internacional relevante na área de estudo | 2.0 | | |
| | | Exploração de dados | 2.5 | | |
| | Conclusão | Contributos teóricos e práticos | 2.0 | | |
| Aspectos gerais | Formatação | Paginação, tipo e tamanho de letra, paragrafo, espaçamento entre as linhas | 1.0 | | |
| Referências bibliográficas | Normas APA 6ª edição em citações e bibliografia | Rigor e coerência das citações/referencias bibliográficas | 2.0 | | |

Índice

| | |
|---|----|
| CAPÍTULO I..... | 1 |
| 1.1 Introdução..... | 1 |
| 1.1.1 Objectivo geral: | 1 |
| 1.1.2 Objectivos específicos:..... | 1 |
| 1.1.3 Metodologia | 1 |
| CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 2 |
| 2.1 Ética Profissional: Análise do Código de Ética dos Médicos | 2 |
| 2.1.1 O que é Ética Profissional? | 2 |
| 2.1.2 A Função dos Códigos de Ética nas Profissões..... | 2 |
| 2.1.2.1 Proteção do Paciente | 3 |
| 2.1.2.2 Sigilo Profissional | 3 |
| 2.1.2.3 Dever de Agir com Humanidade e Competência..... | 3 |
| 2.1.2.4 Promoção do Bem-Estar e Justiça Social..... | 4 |
| 2.1.2.5 A Responsabilidade Ética Coletiva e a Autossupervisão..... | 4 |
| 2.2 Análise do Código de Ética Profissional dos Médicos | 4 |
| 2.2.1 Sigilo Profissional e Confidencialidade | 5 |
| 2.2.2 A Relação Médico-Paciente: Respeito e Dignidade | 6 |
| 2.2.3 Responsabilidade Social e Justiça | 6 |
| 2.6 Desafios e Dilemas Éticos no Exercício Profissional | 6 |
| 2.6.1 Desafios relacionados ao custo e ao acesso ao tratamento..... | 7 |
| 2.6.2 O dilema da recusa ao tratamento por motivos religiosos ou pessoais | 7 |
| 2.6.3 Pressões externas e conflitos de interesse | 8 |
| 2.6.4 A falta de recursos e a sobrecarga de trabalho | 9 |
| CAPÍTULO III..... | 10 |
| 3.1 Considerações finais..... | 10 |
| Referências bibliográficas | 11 |

CAPÍTULO I

1.1 Introdução

O presente trabalho debruça sobre ética profissional, com foco no contexto médico, uma área que exige altos padrões de conduta devido à responsabilidade sobre a saúde e o bem-estar dos pacientes. Em Moçambique, a prática médica enfrenta desafios únicos, como a escassez de recursos, desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a diversidade cultural e religiosa da população, o que torna a aplicação dos princípios éticos ainda mais complexa. O Código de Ética dos Médicos de Moçambique oferece diretrizes essenciais para orientar as ações dos profissionais, promovendo a confiança, respeito à dignidade humana e o compromisso com a saúde pública. Contudo, as situações cotidianas no exercício da medicina frequentemente colocam os médicos diante de dilemas éticos que exigem uma análise cuidadosa entre princípios universais e as especificidades do contexto local.

1.1.1 Objectivo geral:

- Compreender a aplicação da ética profissional na prática médica em Moçambique.

1.1.2 Objectivos específicos:

- Examinar os princípios do Código de Ética dos Médicos de Moçambique;
- Identificar dilemas éticos enfrentados pelos médicos em Moçambique;
- Avaliar a aplicação da ética médica no contexto de recursos limitados;
- Discutir os desafios culturais e sociais na prática médica em Moçambique.

1.1.3 Metodologia

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com carácter exploratório e descritivo. A análise baseou-se no estudo do Código de Ética dos Médicos de Moçambique, além da revisão de artigos académicos, relatórios e estudos de caso relacionados à prática médica no país. A investigação identificou os principais dilemas éticos enfrentados pelos profissionais da saúde, considerando as particularidades do sistema de saúde moçambicano, como a escassez de recursos e as influências culturais. A metodologia incluiu a análise documental e a interpretação crítica dos dados, com o objetivo de compreender a aplicação dos princípios éticos na prática médica quotidiana.

CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Ética Profissional: Análise do Código de Ética dos Médicos

2.1.1 O que é Ética Profissional?

A ética profissional é a parte da ética aplicada que se dedica à análise e à regulação do comportamento dos profissionais dentro de suas áreas de atuação. Ela envolve o cumprimento de normas e padrões de conduta, que garantem que o profissional atue com responsabilidade, respeito e honestidade no exercício de suas funções. A ética profissional não se limita apenas à legalidade, mas abrange também o respeito aos direitos dos outros e à dignidade humana (Oliveira, 2019).

A ética, quando aplicada ao contexto profissional, serve para orientar os profissionais a agirem de forma que favoreçam não só seus próprios interesses, mas principalmente o bem-estar dos outros, incluindo colegas de profissão, clientes ou pacientes. Isso significa que, muitas vezes, as decisões éticas envolvem fazer escolhas difíceis entre interesses pessoais e o que é melhor para a coletividade ou para a pessoa que se está atendendo.

2.1.2 A Função dos Códigos de Ética nas Profissões

Os códigos de ética desempenham um papel essencial em garantir que os profissionais ajam de acordo com normas e princípios que não apenas respeitam os direitos dos indivíduos, mas também promovem a confiança da sociedade na profissão. Esses códigos não apenas orientam comportamentos individuais, mas também servem como um instrumento de autossupervisão, ajudando a definir padrões que os profissionais devem seguir e a indicar as consequências de uma possível violação ética. De acordo com Oliveira (2019), os códigos de ética ajudam a resolver dilemas que possam surgir no exercício da prática profissional, fornecendo uma estrutura para a tomada de decisões em contextos complexos.

Por exemplo, o Código de Ética dos Médicos é um exemplo claro de como um conjunto de normas pode orientar a prática médica de forma que seja compatível com os mais elevados padrões de responsabilidade social e profissional. Ele não só regula as ações dos médicos com relação aos seus pacientes, mas também impõe regras que asseguram que os médicos tratem uns aos outros com respeito e dignidade, promovendo uma ética coletiva dentro da profissão. Como destaca Ferreira (2021), o código é um instrumento vital para garantir que os médicos ajam com competência, humanidade e respeito em todas as interações com os pacientes.

2.1.2.1 Proteção do Paciente

No contexto médico, o Código de Ética dos Médicos tem como um dos principais objetivos proteger os pacientes. O código assegura que os médicos atuem com competência, humanidade e respeito, o que é vital para a confiança entre médico e paciente. Segundo Martins (2018), o código exige que os médicos respeitem a autonomia do paciente, ou seja, que forneçam todas as informações necessárias para que o paciente tome decisões informadas sobre o seu tratamento. Isso inclui o dever de explicar claramente os riscos e benefícios de qualquer procedimento proposto, ajudando o paciente a fazer escolhas que se alinhem com suas preferências e valores pessoais. A transparência nesse processo fortalece a relação médico-paciente e promove um ambiente de respeito mútuo.

2.1.2.2 Sigilo Profissional

Outro princípio fundamental no Código de Ética Médica é o sigilo. O código exige que os médicos mantenham a confidencialidade sobre as informações dos pacientes, respeitando sua privacidade e garantindo que dados sensíveis sejam compartilhados apenas quando estritamente necessário. O sigilo não apenas protege os direitos dos pacientes, mas também constrói a confiança necessária para que eles se sintam à vontade para revelar informações pessoais que podem ser essenciais para o diagnóstico e tratamento. Como mencionado por Lima (2020), o sigilo é um pilar essencial para garantir que os pacientes se sintam seguros ao buscar cuidados médicos, sem medo de que suas informações sejam divulgadas de forma inadequada.

2.1.2.3 Dever de Agir com Humanidade e Competência

O Código de Ética dos Médicos também enfatiza a importância de o médico agir com humanidade em todas as interações com os pacientes. A ética médica exige que os profissionais considerem não apenas o aspecto físico da doença, mas também o emocional e psicológico do paciente. Segundo Costa (2019), o médico não deve se limitar ao tratamento das condições clínicas, mas também deve estar atento ao impacto emocional e psicológico que a doença pode causar. Além disso, o dever de agir com competência é igualmente importante, uma vez que os médicos são responsáveis por aplicar os conhecimentos científicos e as melhores práticas em seus tratamentos. A competência profissional, aliada à empatia, contribui para um atendimento de qualidade, que respeita tanto os direitos quanto as necessidades dos pacientes.

2.1.2.4 Promoção do Bem-Estar e Justiça Social

O Código de Ética também estabelece que os médicos devem atuar em conformidade com o princípio da beneficência, ou seja, devem promover o bem-estar dos pacientes em todas as suas decisões. Isso inclui a responsabilidade de oferecer tratamentos que sejam comprovadamente eficazes e benéficos para a saúde do paciente, além de se abster de práticas prejudiciais. Segundo Oliveira (2019), a beneficência exige que os médicos se dediquem ao melhor interesse dos pacientes, sem buscar ganhos pessoais em detrimento da saúde dos outros. Além disso, os médicos têm um papel crucial na promoção da justiça social, tratando todos os pacientes com igualdade, independentemente de sua classe social, origem étnica ou situação financeira. O código também exige que os médicos se envolvam em iniciativas que contribuam para o bem-estar coletivo, como a promoção da saúde pública e a educação para a prevenção de doenças.

2.1.2.5 A Responsabilidade Ética Coletiva e a Autossupervisão

Os códigos de ética também servem para garantir a responsabilidade coletiva dentro das profissões. No caso da medicina, isso significa que, além da autossupervisão dos médicos, o código estabelece mecanismos para que a classe médica se autorregule, criando uma cultura de ética compartilhada. Como observa Ferreira (2021), a autorregulação dentro da profissão médica é crucial para garantir que todos os membros sigam os padrões éticos estabelecidos, promovendo a integridade da prática médica como um todo. Em uma profissão que lida com a vida e o bem-estar das pessoas, é fundamental que cada membro da profissão tenha o compromisso de seguir as regras estabelecidas, não apenas para evitar danos, mas também para garantir que os padrões elevados sejam mantidos.

2.2 Análise do Código de Ética Profissional dos Médicos

O Código de Ética dos Médicos de Moçambique estabelece um conjunto de princípios e normas fundamentais que regulam a prática médica no país. Este código tem como objetivo garantir que os médicos ajam de acordo com os mais elevados padrões de conduta ética, promovendo a saúde, a dignidade humana e a justiça social. Além disso, busca assegurar que a relação entre médico e paciente seja pautada pela confiança, transparência e respeito mútuo, refletindo os valores da profissão no contexto moçambicano.

Entre os princípios mais destacados do Código de Ética dos Médicos de Moçambique, encontra-se o respeito à autonomia do paciente. Este princípio estabelece que o paciente tem o direito de tomar decisões sobre sua saúde, com base em informações claras e completas fornecidas pelo médico. A autonomia do paciente, conforme o Código, deve ser respeitada em todas as fases do tratamento, e o médico deve garantir que o paciente compreenda as implicações das escolhas que faz sobre seu cuidado (Conselho Federal de Medicina, 2017). Em Moçambique, a promoção do direito à informação e à escolha do paciente é fundamental, especialmente em contextos de saúde onde a literacia médica pode ser limitada.

Além disso, o Código de Ética dos Médicos de Moçambique enfatiza a importância da beneficência e da não maleficência. A beneficência exige que o médico aja no melhor interesse do paciente, buscando sempre proporcionar o melhor cuidado possível, com a aplicação de tratamentos baseados nas melhores evidências científicas disponíveis. A não maleficência, por sua vez, orienta o médico a evitar causar dano ao paciente, seja por erro, omissão ou negligência. Estas duas diretrizes refletem a obrigação do médico de não apenas tratar doenças, mas também de garantir que suas ações não causem danos adicionais ao paciente (Silva, 2020). O princípio da não maleficência é particularmente relevante no contexto moçambicano, onde os médicos frequentemente enfrentam desafios relacionados ao acesso a medicamentos e tecnologias de ponta.

2.2.1 Sigilo Profissional e Confidencialidade

Outro princípio crucial do Código de Ética dos Médicos de Moçambique é a confidencialidade, que exige que os médicos mantenham o sigilo sobre as informações dos pacientes. Esse princípio é fundamental para a construção da confiança entre o paciente e o médico, permitindo que o paciente compartilhe informações sensíveis sem receio de que elas sejam divulgadas sem seu consentimento. O Código de Ética estipula que o médico só pode revelar informações confidenciais em circunstâncias excepcionais, como quando a divulgação for autorizada pelo paciente ou quando a lei exigir (Conselho Federal de Medicina, 2017).

Manter o sigilo profissional também é crucial para a proteção dos direitos do paciente, especialmente em um contexto como o de Moçambique, onde questões de estigma e discriminação podem estar associadas a determinadas condições de saúde, como doenças infectocontagiosas. A quebra de sigilo pode ter sérias consequências não apenas para o

paciente, mas também para a credibilidade da profissão médica, o que reforça a importância de respeitar a confidencialidade (Lima, 2019).

2.2.2 A Relação Médico-Paciente: Respeito e Dignidade

O Código de Ética dos Médicos de Moçambique também coloca uma ênfase significativa na dignidade e no respeito que devem ser mantidos entre médico e paciente. Isso inclui não apenas a competência técnica, mas também o cuidado em tratar o paciente com humanidade, sensibilidade e consideração. O médico deve estar atento às necessidades emocionais e psicológicas do paciente, assegurando que ele se sinta ouvido e respeitado em todas as fases do tratamento.

O código também orienta os médicos a respeitarem as diversidades culturais, religiosas e sociais dos pacientes, reconhecendo que os contextos socioculturais de Moçambique podem influenciar diretamente as decisões relacionadas à saúde. O médico deve estar consciente das diferenças culturais e deve se esforçar para prestar cuidados sensíveis e adaptados às necessidades individuais de cada paciente (Martins, 2018).

2.2.3 Responsabilidade Social e Justiça

Outro aspecto importante do Código de Ética dos Médicos de Moçambique é a promoção da justiça social. O médico, de acordo com o código, deve atuar não apenas com competência e profissionalismo, mas também com um compromisso com a equidade e a justiça social, especialmente no que se refere ao acesso igualitário aos cuidados de saúde. Este princípio é especialmente relevante em um país como Moçambique, onde existem desigualdades significativas no acesso à saúde e recursos limitados para o atendimento médico. O Código de Ética orienta os médicos a trabalharem em prol da melhoria das condições de saúde da população como um todo, defendendo os direitos dos mais vulneráveis e buscando garantir que todos, independentemente de sua classe social ou localização geográfica, tenham acesso aos cuidados de saúde de que precisam (Oliveira, 2020).

2.6 Desafios e Dilemas Éticos no Exercício Profissional

Embora o Código de Ética dos Médicos de Moçambique forneça diretrizes claras para a prática médica, na realidade, os profissionais da saúde frequentemente se deparam com dilemas éticos que exigem uma reflexão profunda sobre os princípios e valores que devem

orientar suas decisões. Esses dilemas são, muitas vezes, complexos e não há respostas fáceis ou soluções unânimes, o que coloca os médicos em situações desafiadoras, onde devem equilibrar as diretrizes éticas com as realidades práticas da profissão.

2.6.1 Desafios relacionados ao custo e ao acesso ao tratamento

Um dos dilemas mais comuns enfrentados pelos médicos em Moçambique envolve a questão do custo e o acesso ao tratamento médico. O país enfrenta desafios significativos em termos de recursos limitados no sistema de saúde, o que torna difícil garantir que todos os pacientes recebam o tratamento adequado e de qualidade. Em muitos casos, os médicos são confrontados com a realidade de que tratamentos necessários podem ser extremamente caros ou indisponíveis, o que cria uma tensão entre a beneficência (agir no melhor interesse do paciente) e os recursos limitados disponíveis. Isso pode levar a um conflito entre o compromisso ético de proporcionar o melhor cuidado possível e as restrições práticas impostas pelo sistema de saúde.

Em Moçambique, onde muitas áreas rurais têm acesso limitado a cuidados de saúde e infraestrutura, o médico frequentemente se vê diante da difícil decisão de escolher entre diferentes opções de tratamento ou de priorizar recursos para aqueles que estão em situações mais graves. A desigualdade no acesso a cuidados de saúde entre áreas urbanas e rurais exacerba esse dilema, uma vez que muitos pacientes em regiões periféricas têm menos acesso a tratamentos essenciais ou a medicamentos de alto custo. Como aponta Oliveira (2020), esses dilemas éticos exigem que os médicos equilibrem a justiça social, buscando, ao mesmo tempo, dar prioridade aos mais necessitados, mas também respeitando os direitos individuais de cada paciente.

2.6.2 O dilema da recusa ao tratamento por motivos religiosos ou pessoais

Outro dilema ético significativo é a recusa de tratamento por parte do paciente, especialmente quando a decisão é motivada por crenças pessoais ou religiosas. Este é um desafio ético presente não apenas em Moçambique, mas em diversas partes do mundo. O Código de Ética dos Médicos de Moçambique, seguindo os princípios da autonomia e da dignidade humana, assegura que o paciente tem o direito de decidir sobre o seu próprio tratamento. No entanto, quando o paciente recusa tratamentos que o médico considera essenciais, o médico enfrenta um dilema ético significativo. O desafio é ainda mais complexo

quando o tratamento recomendado pode salvar a vida do paciente ou melhorar sua qualidade de vida.

Em Moçambique, onde as influências religiosas e culturais desempenham um papel significativo na vida cotidiana, é comum que pacientes recusem determinados tratamentos com base em suas crenças pessoais ou espirituais. Por exemplo, alguns pacientes podem se recusar a receber transfusões de sangue devido a convicções religiosas, como é o caso de algumas denominações cristãs e testemunhas de Jeová. Nesses casos, os médicos precisam respeitar a autonomia do paciente, mas também podem sentir-se emocionalmente afetados, especialmente se acreditam que a recusa ao tratamento pode resultar em danos irreparáveis à saúde ou à vida do paciente (Martins, 2018).

A situação se torna ainda mais delicada quando o paciente está inconsciente ou incapaz de tomar decisões informadas, deixando os familiares responsáveis pela escolha do tratamento. O médico, nesse caso, deve encontrar um equilíbrio entre respeitar os direitos do paciente e agir de maneira a proteger sua vida e saúde, o que pode gerar conflitos familiares ou comunitários, especialmente em contextos em que as crenças religiosas e culturais prevalecem sobre as orientações médicas.

2.6.3 Pressões externas e conflitos de interesse

Outro dilema ético que os médicos em Moçambique frequentemente enfrentam diz respeito às pressões externas e conflitos de interesse. Isso pode incluir influências externas, como a pressão de familiares ou da sociedade para seguir determinados tratamentos ou intervenções, mesmo quando o médico tem dúvidas sobre sua eficácia ou adequação. Além disso, os médicos podem ser confrontados com conflitos de interesse, onde interesses pessoais, como compensações financeiras ou parcerias com empresas farmacêuticas, podem interferir nas decisões clínicas.

Em Moçambique, a crescente presença de parcerias público-privadas na saúde pode levar a situações em que o médico se vê dividido entre a necessidade de seguir práticas éticas rigorosas e a pressão de resultados econômicos que podem não alinhar-se com os melhores interesses do paciente. Nesse contexto, o médico precisa garantir que suas decisões sejam sempre orientadas pelo princípio da não maleficência (não causar dano ao paciente) e da beneficência (agir no melhor interesse do paciente), mesmo diante de pressões externas.

2.6.4 A falta de recursos e a sobrecarga de trabalho

Além disso, a escassez de recursos e a sobrecarga de trabalho também geram dilemas éticos frequentes. Em Moçambique, onde muitas unidades de saúde enfrentam uma grave escassez de equipamentos e medicamentos essenciais, os médicos muitas vezes têm que decidir quais pacientes receberão tratamento prioritário. Isso pode envolver a triagem de pacientes, uma prática ética difícil que exige o médico tomar decisões sobre quem tem maior chance de sobrevivência ou quem necessita urgentemente de cuidados, em detrimento de outros casos menos urgentes. Essa sobrecarga pode levar a questões de justiça social, já que a decisão sobre quem recebe tratamento pode ser influenciada por fatores como idade, classe social ou condições econômicas (Silva, 2020).

CAPÍTULO III

3.1 Considerações finais

A análise dos princípios do Código de Ética dos Médicos de Moçambique, aliada à revisão de estudos e relatórios sobre a prática médica no país, permitiu entender os principais desafios enfrentados pelos profissionais de saúde no exercício de sua função. Os dilemas éticos, como a gestão de recursos limitados e a necessidade de respeitar a autonomia do paciente em um contexto cultural e social complexo, emergiram como questões centrais. A escassez de recursos e as desigualdades no acesso à saúde foram identificadas como fatores que complicam a aplicação dos princípios éticos, exigindo dos médicos decisões difíceis e muitas vezes conflitantes. O respeito pela autonomia do paciente, a beneficência e a não maleficência continuam sendo pilares essenciais, mas a prática diária exige uma adaptação cuidadosa às realidades locais. As situações analisadas revelaram que, apesar das diretrizes claras, o contexto específico de Moçambique impõe desafios que demandam flexibilidade e sensibilidade ética, equilibrando os valores universais com as necessidades da população.

Referências bibliográficas

Conselho Federal de Medicina. (2017). *Código de ética médica*. Conselho Federal de Medicina.

Lima, J. M. (2019). *Sigilo e confidencialidade na prática médica em Moçambique*. Revista de Ética Médica, 24(3), 45-58.

Martins, S. P. (2018). *Aspectos culturais na prática médica em Moçambique*. Jornal de Saúde Global, 30(1), 18-23.

Oliveira, R. L. (2020). *Justiça social e equidade no sistema de saúde moçambicano*. Revista Moçambicana de Saúde Pública, 15(2), 62-70.

Silva, A. P. (2020). *Princípios éticos na medicina: A beneficência e a não maleficência*. Saúde e Sociedade, 28(2), 50-65.